

# UMA CRÍTICA EM MARCHA PARA NÃO DARMOS A RÉ NA LUTA?

ALIANÇA TRANS PROLETÁRIA (ATP)\*

As tentativas de cooptação que testemunhamos em paradas LGBTIA+, tal como o desfile do orgulho de são paulo (brasil) em 2024 e 2025, ou marchas – que, pelo nome, afirmam o exercício de certo ativismo –, como a 8º marcha do orgulho trans de são paulo, patrocinada pelo instituto [SSEXBBBOX], que, por sua vez, recebe o patrocínio do ministério da cultura e da petrobrás, são um bom exemplo do que o nosso movimento se tornou para a máquina capitalista: um palanque neoliberal e representacional de manutenção da ordem.

Há anos observamos esse processo, não apenas de captura de organizações trans pela lógica de mercado, como também de nos precarizar tanto ao ponto de alguns dos nossos sentirem que não têm saída: ou aceitam serem transformados em *tokens*, ou não conseguem fechar as contas do mês. Algumas participações das últimas marchas do orgulho seguem esse padrão.

Considerando que o gênero é uma das modalidades nas quais se experimenta a classe social – o que pode ser verificado na exclusão sistemática de pessoas trans do mercado de trabalho formal, nos diversos casos de transfobia institucional citados em Dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e no Observatório Anderson Herzer do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), e na afirmação de que a prostituição é ainda o destino para 90% das mulheres trans e travestis (tendo em vista que certos segmentos do trabalho sexual ainda ocupam lugares marginalizados e de estigmatização), a título de exemplo –, a

marcha não levar em consideração os problemas pertinentes à classe social é incorrer em sua manutenção.

Parece não haver lembrança de que as marchas protagonizadas por pessoas trans começaram como revoltas que respondiam diretamente à repressão policial e violência cotidiana contra pessoas lgbti. Vale citar aqui a Revolta de Stonewall (1969, Nova York), que se tornou um marco histórico no movimento lgbti, justamente pelo caráter combativo tanto dessa revolta como de importantes militantes que associamos a ela (como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera). Antes dela, houve outras insurreições especificamente lgbti (como Coper do-nuts e Campton's Cafeteria), porém ela marca um ponto de virada, um estopim das ondas de revoltas da época, articulando diferentes grupos de resistência, como a STAR (Street Transvestite Action Revolutionaries – Ação Revolucionária de Travestis de Rua)<sup>1</sup>, e inspirando a organização das futuras marchas.

Apesar de que vez ou outra se admite que essa história inspira as manifestações atuais, a recordação que se faz dela, na prática, é no mínimo tímida. E a memória de nossas lutas hoje é reduzida à "representatividade", e assimilada pelo Capital a mais um tipo potencial de consumidor "colorido".

Não negamos, com isso, a possibilidade de festejarmos nossas existências; de celebrar a multiplicidade pela qual as comunidades trans, intersexo, gênero-sexo-dissidentes são formadas. Todavia, nomear uma celebração ou um festejo de **marcha** contradiz o movimento primordial a partir do qual as marchas trans se ergueram: a revolta contra os cenários sociais e políticos nos quais nos encontramos, a revolta contra a violência policial, contra as estigmatizações *cistêmáticas* contra as quais lutamos.

Os atos que, antes, eram manifestações de resistência contra a repressão policial e a precarização de nossas vidas, hoje dão lugar a passeatas que mais parecem festivais coloridos escoltados pela polícia

---

<sup>1</sup> Cabe lembrar também do Lavender Panthers, em São Francisco, grupo que surgiu no mesmo clima político pós-Stonewall, e que, inspirados nos Panteras Negras, defendia a autodefesa organizada e a patrulha armada como resposta à violência contra a população lgbti

(assim como as várias manifestações conciliatórias e nada ameaçadoras da autodeclarada esquerda). E as nossas estratégias de autodefesa, criadas para impor nossa existência em um sistema que nos persegue, hoje se transformaram em campanhas de representatividade através das quais imploramos por migalhas que chamamos de “direitos”. E percebemos como esses “direitos” são objeto constante de negociações: a resolução transfóbica do conselho federal de medicina, resolução 2427/2025, que havia sido barrada pelo ministério da justiça do Acre, entrou, no começo de outubro, novamente em vigência após intervenção do sistema judiciário brasileiro.

Essa contradição se intensifica quando a marcha recebe o patrocínio justamente de instituições que sustentam as violências que sofremos, sejam elas públicas ou privadas. Ou quando, em atos e manifestações que advogam por direitos e defesas de pessoas LGBTQIA+, integrantes de movimentos sociais fazem agradecimentos públicos à polícia, como se esta estivesse **apta**, ou sequer disposta, a nos proteger enquanto comunidade. Isso é apenas mais uma estratégia de controle da revolta, considerando que tivemos de nos tornar capazes, por conta própria, de nos defender, especialmente da violência policial. E essa autodefesa se deu, dentre outras formas, por um caminho discursivo, a exemplo do *pajubá*. Nesse sentido, como se pode tecer agradecimentos à mesma força policial que nos mata? Como podemos comemorar que pessoas trans *entrem* nas forças policiais e vistam a farda, carreguem o fuzil e defendam as violências do mesmo estado que nos mata?

Ao transformarmos a linguagem com a qual nos comunicamos, criando novos termos e ressignificando outros, expressamos discursivamente aquilo que nos atravessa no cotidiano. É fundamental que consigamos dar um nome ao que nos afeta enquanto comunidade, que consigamos ao menos nos expressar sobre isso coletivamente. Mas, quando falamos em nomeação, não nos limitamos à nomeação das violências (racismo, transfobia, transmasculinofobia etc.), à nomeação daquele que nos nomeia (branquitude, cisgeneridade, endonormatividade etc.), ou dos nomes que apropriamos ou que inventamos para nós mesmos. Durante essa última

e várias outras marchas trans no brasil, não marchamos de fato, e o fato de que esse evento, que rememora a revolta que exercemos todos os dias, serve como palanque neoliberal para o *cistema* que nos precariza deveria, *por si só*, nos revoltar.

“Marchar” de forma bonitinha, festeira e pacífica, quando ainda somos um dos principais alvos no *cistema* atual, é legitimar a domesticação que o capitalismo tem feito conosco, é trair nossa história de luta... e caso em algum momento tenhamos coragem para voltar a marchar de verdade, utilizando a violência revolucionária ao nosso favor, as tais “marchas” atuais (pacíficas, alegres, diversas, coloridas, conciliatórias e nada ameaçadoras), servirão como exemplo de bom comportamento para mais uma vez nos dividir, e serão a desculpa perfeita para que a burguesia novamente criminalize nossa luta (a velha desculpa do vandalismo) e justifique a repressão contra nossa resistência.

Mais uma vez, nada contra as festas. Precisamos delas. Recuar estrategicamente, se recolher, cuidar da nossa classe, criar momentos de diversão, prazer e respiro em meio à realidade de opressão é fundamental. Mas não esqueçamos que estamos em guerra, que algunes de nós continuam morrendo, que a cada semana tentam retirar alguns dos nossos poucos “direitos” conquistados, e que quanto menos nos impomos e quanto menos exercitamos nossa autodefesa, mais vulneráveis ficamos. Há quem diga que a melhor defesa é o ataque. Bom, na verdade, às vezes é até mais inteligente recuar. Porém uma marcha não é um recuo. Uma marcha é um enfrentamento, uma imposição, um confronto, uma pressão que afirma “nós estamos aqui, e sabemos nos defender”, então se formos marchar, que seja para avançar em nossa luta. Pois, como diria Luana Muniz talvez, se estivesse viva: Marcha Trans não é bagunça.

\* A **Aliança Trans Proletária** (ATP), como o próprio indica, é uma aliança entre pessoas trans proletárias que afirma que as relações sociais de poder dos gêneros, raças, sexualidades, nações, geracionais etc. são precisamente formas particulares de relações de classe.